



CONSTITUIÇÃO SÓCIO EDUCACIONAL DE ALAGOAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Salatiel Braga Trajano Júnior¹
sbtrajanojr@hotmail.com

Shirley Giló Sobrinho Martiniano²
Shirley.marte@hotmail.com

Javan Sami Araújo dos Santos³
javansami@hotmail.com

RESUMO

A constituição sócio educacional do estado de Alagoas foi marcada pela constante influência do desenvolvimento do setor industrial, principalmente das indústrias sucroalcooleiras, que necessitavam de mão de obra barata. Esse desenvolvimento histórico vem também carregado de características de natureza patriarcal e coronelista, dominando e planejando as diretrizes da vida social em todas as suas esferas, como na educação. Deste modo, este artigo objetiva analisar historicamente o desenvolvimento social e educacional de Alagoas, em um recorte temporal que vai do período colonial brasileiro, até 1889, último ano do período imperial. Para isso, utilizamos do levantamento bibliográfico, tendo como característica da forma de abordagem do problema, a pesquisa qualitativa, elaborada a partir dos materiais que já foram publicados, constituídos, dentre outros, de artigos acadêmicos disponíveis nos principais portais e repositórios científicos. Utilizamos também do levantamento documental, com o auxílio da análise de conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Alagoas - Educação em Alagoas - Política Educacional - História da Educação.

1 INTRODUÇÃO

Discorrer sobre o processo de constituição sócio educacional de Alagoas é o mesmo que remontar aos primórdios da história do próprio Brasil, uma vez que, embora a terra de Zumbi dos Palmares tenha sido parte de Pernambuco durante quase todo o período colonial - se emancipando apenas em 1817 -, as raízes de sua vida social e política possuem uma gênese histórica ainda mais remota, com registros que iniciam ainda no século XVI (VERÇOSA, 2006, p. 25).

Da mesma forma que se desenvolveu o processo de colonização e exploração em toda a América do Sul, outrora denominada Terra Nova, a ocupação do território brasileiro

¹ Mestre em Educação (PPGE/CEDU/UFAL). E-mail: sbtrajanojr@hotmail.com. Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

²Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (CEDU/UFAL). E-mail: shirley.marte@hotmail.com. Secretaria Municipal de Educação de Rio Largo (SEMED/RL).

³ Doutorando em Educação (PPGE/CEDU/UFAL). E-mail: javansami@hotmail.com. Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



ocorreu, inicialmente, através da exploração dos gêneros extrativistas, como a madeira, no nosso caso o pau-brasil, a pele de animais e a pesca marítima (PRADO JR, 2011). Estes produtos eram comercialmente importantes no cenário econômico europeu e de abundância sem igual no Brasil, inclusive no território ao sul da Capitania de Pernambuco, que mais tarde, viria a ser o estado de Alagoas.

Entretanto, ainda no século XVI, a matriz comercial baseada na exploração extrativista perde espaço frente ao começo do desenvolvimento do setor industrial, principalmente, após o “crescimento da produção açucareira no Brasil, a partir de 1560” (MEIRA, 2010, p. 11), culminando no surgimento do que viria a ser as futuras indústrias sucroalcooleiras, que necessitavam, à época, de extensa mão de obra barata e não necessariamente alfabetizada.

O fortalecimento da indústria sucroalcooleira fez com que os estados localizados no nordeste brasileiro passassem por profundas mudanças nos mais diversos âmbitos sociais. Essa mutação social que ocorreu nos estados da região possuía dentre as suas características, um viés de natureza patriarcal e coronelista, dominando e planejando as diretrizes da vida social em todas as suas esferas, como na educação, que tem na dualidade, umas de suas principais marcas, haja visto que os filhos da elite local estudavam nas grandes metrópoles nacionais e internacionais, enquanto os filhos das camadas populares, não possuíam outra opção além das escolas públicas locais e do ensino oferecido pelas próprias usinas.

Destarte, este artigo objetiva analisar historicamente o desenvolvimento social e educacional de Alagoas, a fim de compreendermos a sua constituição e principais características. Nosso recorte temporal se inicia no período colonial brasileiro e vai até 1889, último ano do período imperial. Nossa monografia é de caráter qualitativo, possuindo como abordagem o materialismo histórico-dialético. Utilizaremos da análise bibliográfica e documental de artigos e livros publicados sobre a problemática, tendo a análise de conteúdo de Bardin (2016) como estratégia para o tratamento das informações.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. A SOCIEDADE ALAGOANA NOS PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL



Com a consolidação da ocupação do território brasileiro durante o período colonial, mais precisamente a partir da segunda metade do século XVI, ocorreu, à maneira dos trópicos, a modernização das organizações sociais, comerciais e industriais. Se os primeiros interesses de comércio na nova colônia da Coroa Portuguesa vinham da exploração extrativistas (madeiras para construção e tinturaria, comércio de peles de animais e pesca), com o decorrer do processo de colonização o objetivo de Portugal era o de conciliar a atividade extrativista com o plantio da cana de açúcar e a exploração dos minérios (PRADO JR, 2011).

Tendo como base da economia canavieira os latifúndios, o trabalho servil e a monocultura (MEIRA, 2010); a organização social de Alagoas robustece a partir destas características, tendo a figura dominante do senhor de engenho, o antigo coronel, como o grande administrador da vida familiar, econômica, política e social da época. A esse respeito Verçosa afirma (2006, p. 45) que “era da casa grande, pela palavra do senhor de engenho, que emanavam as deliberações do dia-a-dia”, constituindo assim, os pilares fundantes da sociedade alagoana, tipicamente patriarcal e senhorial.

No território das Alagoas, ainda pertencente a Capitania de Pernambuco, o século XVII foi marcado por dois importantes acontecimentos: a invasão holandesa em 1630 e pelo recrudescimento das atividades dos núcleos quilombolas, em especial, o do Quilombo dos Palmares, que teve seu auge no final deste século. Após esse período turbulento pelo qual passou as terras alagoanas, a região passa a ser já no século XVIII Comarca de Pernambuco. Para Verçosa (2006, p. 57), ao se tornar Comarca, a então cidade de Alagoas passa a possuir “prestígio de uma autoridade judicial, uma certa ordem legal antes inexistente e uma gama de novos cargos públicos, tais como Corregedor, Comandante Militar, Juízes Ordinário, Camaristas, Capitães-Mores etc”.

À medida em que a região alagoana vai se desenvolvendo, vão surgindo conflitos dos mais diversos entre aqueles que detém um certo poder local, sempre se fazendo valer da violência e opressão. No século XIX, precisamente em 16 de setembro de 1817, após três séculos de atividades e desenvolvimento, Alagoas, através de ato do Príncipe Regente, consegue ser desmembrada da Capitania de Pernambuco.

Na historiografia local, há controvérsia sobre este fato, prevalecendo duas versões. A primeira versão conta que este desmembramento ocorreu como uma forma que a Coroa utilizou de punir a Capitania de Pernambuco por haver se insurgido contra Portugal na



Revolução Republicana. A segunda interpretação defende que esta independência ocorreu devido ao já estágio avançado de desenvolvimento encontrado em Alagoas.

Entretanto, para alguns historiadores,

O que parece é que de fato a autonomia de Alagoas resultou da conjugação desses dois fatores: o político, como irão comprovar as reações adversas da nova Capitania aos movimentos vindouros de 24 e 28, e o econômico, pelas novas condições de controle administrativo criadas com a nova unidade. Afinal, Alagoas já contava a essa época, além de 13 freguesias, com 8 vilas, a maior parte delas distribuída ao longo do litoral, mas já com algumas a razoável distância da costa (VERÇOSA, 2006, p. 60).

Desse modo, impulsionada pela produção da cana-de-açúcar e pelo desenvolvimento do cultivo do algodão, a Comarca de Alagoas continua se desenvolvendo, chegando no século XIX com condições políticas e econômicas para ainda no período colonial se tornar autônoma e independente de Pernambuco, constituindo-se em Capitania de Alagoas, condição esta que se consolida com o período imperial.

2.2. A EDUCAÇÃO EM ALAGOAS NOS PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL

No que se refere a educação, Verçosa irá afirmar que apenas a partir do século XVIII que iriam se datar “as primeiras notícias da existência de algum processo organizado e formal de educação na região, através de aulas de Gramática mantidas pelos frades franciscanos nos conventos que acabavam de ser erguidos nas vilas de Alagoas e Penedo” (VERÇOSA, 2006, p. 58).

Devido a essa falta de informações sobre a educação em território alagoano em um período anterior ao século XVIII, acreditamos que essa atividade deva ter acontecido em Alagoas seguindo o exemplo que acontecia no restante do Brasil, ou seja, uma educação nos moldes religiosos, seguindo a cartilha dos educadores jesuítas em um primeiro momento e, posteriormente, em um segundo momento, com as políticas provenientes da reforma pombalina. Sobre isso, Verçosa (2006) endossa nossa compreensão ao afirmar que antes do século XVIII, haviam apenas

Notícias vagas da existência, pelos meados do século XVII, de uma escola fundada pelos Jesuítas na fazenda de Urubumirim (hoje Porto Real do Colégio), às margens do Rio São Francisco [...] nesta havia o ensinamento misturado à atequese, ensino



que ia das primeiras letras até a recitação da jaculatória e à redação de bilhetes (VERÇOSA, 2006, p. 58).

Assim sendo, nesta época, século XVII, como acontecia no restante dos territórios brasileiros povoados, surge em Alagoas, mesmo que de maneira acanhada, as primeiras iniciativas de educação escolar na região, possuindo um caráter tipicamente religioso, mais precisamente, jesuítico. Contudo, somente a partir do século XVIII que começam a surgir as primeiras iniciativas de organização da educação formal nas terras que seriam Alagoas, sendo em muitos casos, a exemplo do que acontecia em períodos anteriores, executadas por organizações religiosas de matriz católica (VERÇOSA, 2006).

Verçosa (2006) chama a atenção para o fato de que “pela inexistência de qualquer instituição educacional formalmente mantida pelos jesuítas em território alagoano, sua expulsão, em 1759, parece não ter tido grandes repercussões na região” (VERÇOSA, 2006, p. 59). A exemplo dos séculos passados, no século XIX, principalmente em sua primeira metade, poucas são as ações voltadas para a educação em Alagoas, e, mesmo as existentes, ainda possuem um caráter restrito, voltadas mais para o cunho religioso e para melhor preparar aqueles estudantes que pretendem estudar na Europa, especialmente em Coimbra, Portugal.

Na educação primária e secundária, Verçosa (2006, p. 68-69) descreve que as escolas até então existentes possuíam um “ensino deplorável, deficiente e ao cargo de professores, pela maior parte ineptos e sem o menor escrúpulo admitidos para o magistério, não tendo outra recomendação que o patronato, outro sistema que a sua vontade”. Neste período, Alagoas contava com mais de 207 mil habitantes, dos quais, apenas um pouco mais de 22 mil eram alfabetizados. Destes, 2 mil estavam matriculados nas 44 escolas existentes. Sobre os funcionários não docentes das escolas deste período, o historiador Verçosa, citando Vilela, irá dizer apenas que “os serventes eram os escravos e aqueles que conduziam os alunos para as classes tinham, ainda, o seu nome verdadeiro: pedagogos” (VERÇOSA apud VILELA, 2006, p. 77).

Apresentando outros dados destes períodos, a educação primária se encontrava da seguinte maneira:

Tabela 01. Situação geral da educação primária na Província de Alagoas

			POPULAÇÃO ESCOLAR



ANO	ESCOLAS	ALUNOS	NÚMERO ABSOLUTO	%
1835	26	1.160	20.000	5.80
1836	38	1.696	22.000	7.70
1867	104	5.234	50.000	10.46
1872	116	5.558	78.470	7.08
1889	184	6.458	120.000	5.38

Fonte: VERÇOSA, 2006, p. 93

Percebemos que no período imperial, o aumento da quantidade de escolas primárias e de estudantes matriculados ao longo dos anos não foram suficientes para atender a enorme demanda que crescia em uma velocidade muito maior. Nota-se também que o crescimento na quantidade de escolas, principalmente a partir deste ano, não deu um grande salto na quantidade de vagas ofertadas, pois, mesmo aumentando 12 escolas em 5 anos, foram criadas apenas um pouco mais de 300 vagas.

Com a abolição da escravatura em 1888, ocorre em Alagoas um fenômeno contrário do que o ocorrido em grande parte do país. Após livres, ao invés de migrarem para os grandes centros do país, os escravos libertos, transformados em trabalhadores livres, permaneceram nos domínios das usinas por causa de trabalho e moradia; reforçando a dependência de amplas camadas da população agora livre e contribuindo para a construção de uma sociedade nova, agora sem escravos, mas necessariamente pobre e dependente (VERÇOSA, 2006, p. 92). No ano da abolição temos os seguintes dados gerais da educação alagoana:

Tabela 02. Dados gerais da educação de Alagoas em 1888 – Final do Período Imperial

TIPOS DE ESCOLA	NÚMEROS DE ESCOLAS	NÚMEROS DE ALUNOS
ASSISTÊNCIAIS	04	593
PRIMÁRIAS PÚBLICAS	184	6.458
APRENDIZES MARINHEIROS	01	55
COLÉGIOS PARTICULARES	22	777
AULAS AVULSAS EM PENEDO	02	53
CURSO NORMAL	01	58
LICEU DE MACEIÓ	01	226
LICEU DE ARTES E OFÍCIOS	01	637



TOTAL	216	8.850
-------	-----	-------

Fonte: VERÇOSA, 2006, p. 94

Nos dados acima apresentados, que mostram o final do período imperial, observamos que as escolas particulares possuem, proporcionalmente, uma quantidade de alunos matriculados maior do que as primárias públicas, talvez por oferecer uma qualidade educacional melhor. No cenário da educacional profissional, há também um curso normal dedicado a formação de professores, com apenas 58 alunos e uma escola de caráter tecnicista, o Liceu de Artes e Ofícios, com 637 alunos matriculados e “destinada às camadas mais pobres da população que treinasse para os ofícios manuais” (VERÇOSA, 2006, p. 95).

Com o fim da escravidão, os senhores de engenho viram seus lucros serem reduzidos por terem que arcar com o custo da contratação de mão de obra para trabalhar na fabricação do açúcar. Para Meira (2010, p.47), este fato, aliado ao desenvolvimento dos engenhos, fizeram com que as próprias fábricas adotassem um modelo americano, no qual, o próprio local de trabalho funcionaria como escolas de modernização e qualificação profissional.

Os defensores desse posicionamento acreditavam que esse novo sistema baratearia a mão de obra, principalmente pela dispensa de muitos trabalhadores que operavam os antigos engenhos. Além disso, os novos maquinismos diminuiriam os gastos com mão de obra e fariam pressão sobre o nível salarial, com o aumento do desemprego. Era decisivo neste momento diminuir os salários, uma vez que, o baixo custo da mão de obra deveria compensar o fim da escravidão e não aviltar ainda mais os proprietários agrícolas, que frequentemente se queixavam do alto preço dos salários cobrados pelos trabalhadores livres (MEIRA, 2010, p. 47).

Esta condição permanece até o início da era republicana, século XX, o qual, o campo educacional alagoano, a exemplo de suas bases sociais, não passou por grandes mudanças, sendo ainda o ensino primário e secundário alvos das políticas públicas locais, só que desta vez, impulsionadas pelo desenvolvimento dos processos de produção da cana de açúcar e com a chegada das indústrias têxteis, possuíam um caráter mais voltado para a formação profissional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia alagoana nos mostra que o cenário educacional do Estado não avançou muito em suas principais características desde o período colonial, na qual, possui intensas marcas causadas pelas relações sociais patriarcais, politiqueiras e assistencialistas, no



qual, os filhos da aristocracia de Alagoas estudavam no exterior e nos grandes centros culturais do Brasil, enquanto os pobres e desvalidos da sorte tinham que se contentar com uma educação precária e insuficiente, isso quando ainda era oferecida.

Tais características de uma educação dual em Alagoas, percorreram todo o período colonial e imperial brasileiro, recrudescendo a tal ponto, que na sociedade alagoana contemporânea, encontramos ainda inúmeros resquícios da falta de comprometimento com a educação e com as camadas sócias mais populares, que eram presentes nos séculos passados.

A educação alagoana foi moldada ao sabor do desenvolvimento social do Estado, que dependia política e economicamente primeiro da figura do coronel detentor de poder político no interior e na capital, e, posteriormente, da importância do setor sucroalcooleiro e do comércio no processo econômico do Estado, culminando em poucos registros históricos educacionais alagoanos e em escolas precárias e professores com péssimas condições de trabalho, culminando na realidade que temos hoje, a qual, detemos as piores estatísticas educacionais brasileiras, que agora podemos compreender como fruto de um processo construído historicamente.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875 – 1941)**. São Paulo: Alameda, 2010.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias** / Élcio de Gusmão Verçosa; prefácio à 4. edição: Cícero Pericles de Carvalho; apresentação: Maria Lúcia Montes. – 4. ed. – Maceió: EDUFAL, 2006.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Existe uma cultura alagoana?** Maceió: Catavento, 2002.